

Ministérios não conseguiram gastar R\$ 12,2 bi liberados no ano passado

Por Ribamar Oliveira, Edna Simão e Fábio Pupo | De Brasília

Os ministérios não conseguiram gastar R\$ 12,2 bilhões que foram liberados pelo governo por meio de dois decretos de descontingenciamento das dotações orçamentárias editados no fim do ano passado. Em novembro, o governo liberou R\$ 7,5 bilhões e, em dezembro, mais R\$ 5 bilhões.

Com isso, as chamadas despesas discricionárias (aquelas que o governo pode cortar) ficaram bem abaixo do programado, o que ajudou a reduzir o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e BC) fixado para o ano passado em R\$ 159 bilhões. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, informou, na terça-feira, em Davos, que o déficit primário ficou abaixo de R\$ 130 bilhões.

Embora não tenham conseguido gastar os recursos liberados pelo Tesouro, os ministérios fizeram o empenho das despesas, ou seja, autorizaram a realização dos gastos, que serão pagos somente neste ano. Essa foi a principal razão para o aumento do saldo de restos a pagar deixados de 2017 para 2018.

O Tesouro informou ontem, em

relatório, que foi inscrito, para o exercício deste ano, um estoque de R\$ 155 bilhões de restos a pagar, que são despesas assumidas em anos anteriores cujos pagamentos foram transferidos para 2018. O valor representa aumento de R\$ 6,8 bilhões, em relação à inscrição ocorrida para o exercício de 2017 ou crescimento nominal de 4,6%.

Em seu relatório, o Tesouro diz que "o pagamento das despesas sujeitas ao decreto de programação orçamentária e financeira 9.248/2017 foi inferior em R\$ 12,2 bilhões em relação ao que era permitido". Embora o pagamento inferior contribua para o crescimento do volume de RAP, o Tesouro diz que "é importante considerar que a disponibilidade de recursos não é a única condição a ser observada para o pagamento de uma despesa, sendo necessário o ateste do ordenador da despesa de que o produto ou serviço foi entregue".

Segundo o Tesouro, "o não pagamento de cerca de R\$ 12,2 bilhões pelos diversos órgãos do governo federal está associado à própria dinâmica da despesa executada e não à disponibilidade de recursos financeiros, pois estes foram disponibilizados pela STN".

Segundo dados divulgados pelo

Tesouro, o total de emendas parlamentares - individuais e de bancadas - inscritas em restos a pagar saltou de R\$ 8,798 bilhões no exercício de 2017 para R\$ 13,296 bilhões em 2018, alta de 51% ou ampliação de R\$ 4,498 bilhões. As emendas parlamentares foram responsáveis por 66% do aumento do estoque de restos a pagar.

O estoque também foi influenciado pelo crescimento de 11,7% de novas inscrições. Mas embora o saldo tenha se expandido, ele ainda corresponde a 7% do Orçamento, o terceiro menor percentual desde 2008.

Entre 2016 e 2017, houve uma redução do pagamento de restos a pagar de 27,9%. Os pagamentos recuaram de R\$ 105,6 bilhões para R\$ 76,6 bilhões no período. O aumento do estoque dos restos a pagar também foi influenciado por uma diminuição de 19,7% dos cancelamentos de restos a pagar, de R\$ 21,2 bilhões para R\$ 17 bilhões.

Do estoque de R\$ 155 bilhões de restos a pagar inscritos ou reinscritos em 2018, 64,5% se referem a restos a pagar empenhados no exercício de 2017 e 35,5% correspondem a valores empenhados em anos anteriores.

Tesouro prevê piora no perfil da dívida pública em 2018

Incertezas com eleições devem aumentar peso de títulos indexados à Selic, o que traz risco de gastos maiores

DE BRASÍLIA

Em um cenário de incerteza por causa das eleições presidenciais, o Tesouro Nacional projeta maior procura dos investidores por títulos públicos com rendimentos atrelados à taxa básica de juros, a Selic, na composição da dívida pública federal em 2018.

Os limites mínimo e máximo para esses papéis no total da dívida serão de 31% e 35%, respectivamente. No ano passado, a fatia foi de 31,5%.

“Em momentos de incerteza, como eleições, o mercado tende a preferir títulos vinculados à Selic”, afirmou o subsecretário de Dívida Pública, José Franco de Morais.

Em geral, uma participação maior de títulos atrelados à taxa é considerada ruim para a composição da dívida, já que, em épocas de crise, com alta de inflação e de juros, o governo gasta mais para bancar seu endividamento.

Mas, como atualmente a inflação

está sob controle e a taxa básica no seu menor nível da história, em 7% ao ano, o Tesouro não considera essa previsão de alta da participação como uma má notícia, como foi em outros anos eleitorais, como 1998 e 2002.

O órgão informou que, com a inflação baixa, a participação dos títulos atrelados a índices de preço deverá cair de 29,6% para até 27%.

Os números fazem parte do PAF (Plano Anual de Financiamento), documento divulgado pelo Tesouro no início de cada ano para detalhar qual a estratégia do órgão para a gestão da dívida.

Essas projeções mostram que o estoque da dívida pública federal (interna e externa), que encerrou o ano passado em R\$ 3,5 trilhões, poderá alcançar quase R\$ 4 trilhões no final deste ano: o piso é de R\$ 3,78 trilhões, e o teto, de R\$ R\$ 3,98 trilhões.

“O Brasil é um país com uma dívida pública muito elevada em relação a seus pares de padrões econômicos similares”, disse a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi. “É um objetivo importante para o Brasil reduzir esse patamar

de endividamento, com esforço fiscal disciplinado e persistência.”

Ela lembrou que, dos R\$ 108,4 bilhões da dívida que serão financiados com recursos de emissões de títulos, R\$ 71,2 bilhões, ou 65%, são referentes ao pagamento de benefícios previdenciários.

De acordo com a secretária, mesmo se a regra do teto de gastos for cumprida nos próximos anos, o que depende da aprovação da reforma da Previdência, a relação dívida bruta/PIB ultrapassará os 79% em 2022.

O cenário é muito pior sem a aprovação da reforma, segundo Vescovi: essa relação ultrapassaria os 80%, que é o patamar considerado sustentável por agências de classificação de risco. Em países emergentes, essa relação é de, em média, 48%.

Para este ano, a projeção é de 74,8%, quase estável em relação a 2017 por causa da devolução de R\$ 130 bilhões pelo BNDES.





DÍVIDA PÚBLICA

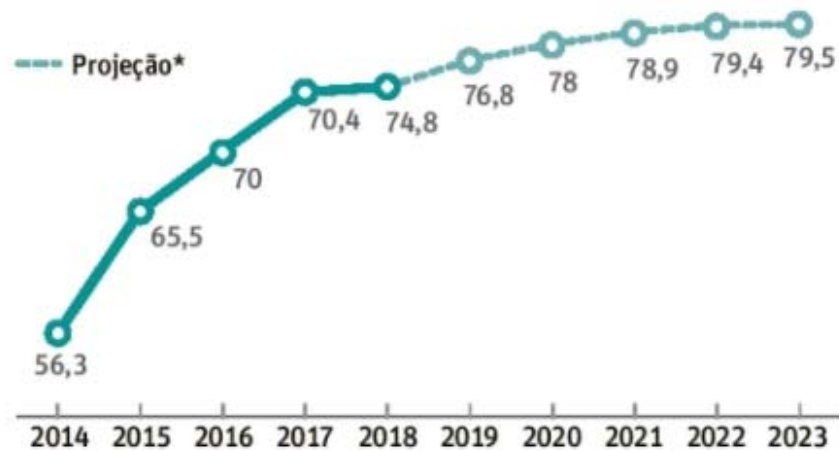
Governo prevê piora no perfil em 2018, com mais títulos atrelados à Selic

ESTOQUE, EM R\$ TRILHÕES

COMPOSIÇÃO, POR TIPO DE TÍTULO, EM %



DÍVIDA BRUTA EM RELAÇÃO AO PIB, EM %



*Projeção do Tesouro que presume que o teto de gastos será cumprido ao longo dos próximos anos Fonte: Tesouro Nacional

Restos a pagar aumentam e somam R\$ 100 bi

Sem conseguir pagar todas as despesas contratadas no ano passado, o governo federal vai empurrar para o Orçamento de 2018 cerca de R\$ 100 bilhões em restos a pagar.

Dessa forma será a primeira vez, desde 2015, que aumentará o estoque de restos a pagar — termo técnico para designar despesas contratadas pelo governo e não pagas no mesmo ano.

Ao assumir, a atual equipe econômica se comprometeu em reduzir essas despesas, com o objetivo acabar com o chamado “Orçamento paralelo”, criado pelo volume crescente de pagamentos adiados nas gestões petistas.

Em 2014, o estoque de restos a pagar chegou ao volume recorde de

R\$ 282 bilhões (a preços atuais). O volume recuou nos anos seguintes e, em 2017, alcançou R\$ 153 bilhões. Porém, com a alta neste ano, o estoque voltou a crescer, para R\$ 155 bilhões. Descontada a inflação, a variação foi de 1,6%.

Em boletim divulgado nesta quinta-feira (25), o Tesouro afirma que o aumento neste ano se deveu ao crescimento de “despesas empenhadas em 2017 e não pagas no próprio ano”.

Os gastos herdados de 2017, segundo a nova regra do teto de gastos, estarão submetidos ao limite de despesas criado pela regra do teto de gastos — que limita a expansão das despesas à inflação.

Ficam de fora do limite os restos a pagar acumulados até 2015.

Mais da metade das empresas federais ainda não cumpre a Lei das Estatais

Governança. Regras entraram em vigor há um ano e meio, mas 84 das 147 empresas da União não ajustaram até hoje seus estatutos para atender à legislação que impõe critérios técnicos à administração e tenta barrar ingerência política; prazo termina em julho

Idiana Tomazelli

Um ano e meio após a sanção da Lei das Estatais – criada para dar um caráter mais técnico às administrações de empresas públicas –, mais da metade ainda não cumpre a legislação. O prazo para que elas ajustem seus estatutos às novas regras termina no dia 30 de julho. Das 147 estatais da União, 84 não aprovaram as mudanças que tentam barrar ingerência política.

O levantamento, obtido pelo ‘Estadão / Broadcast’, foi feito pelo Ministério do Planejamento. A Lei das Estatais foi uma das primeiras sancionadas pelo presidente Michel Temer, que defendeu a necessidade de “sanear” empresas públicas após uma série de escândalos sobre desvios de recursos e ingerência política, embora diversas legendas aliadas do governo, incluindo o próprio partido do presidente (MDB), façam indicações políticas para cargos de alto escalão.

A lei proíbe, por exemplo,

indicação de dirigentes políticos e de parlamentares (mesmo licenciados) a cargos de presidente, diretor e membro de conselho de administração de estatais. Também estabelece regras para o funcionamento de comitês e conselhos, com o objetivo de melhorar as práticas dentro das companhias.

Apesar das exigências técnicas, não existe uma regra específica para barrar a indicação de pessoas ligadas a políticos, mas que não sejam parentes ou não tenham relação formal com partidos. “A lei estabelece claramente os critérios positivos e negativos. Se a pessoa entra naqueles critérios, ela é apta a exercer o cargo, independentemente da indicação política”, diz o secretário de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares.

Segundo ele, a determinação no governo é buscar pessoas qualificadas, mas não se pode correr o risco de “demonizar” a política. O secretário lembrou ainda que o governo é “dono” da estatal e pode fazer indicações, assim como um controlador de uma empresa privada. Das 147 empresas estatais do governo federal, 63 já fizeram as mudanças necessárias, entre elas BNDES, Petrobrás, Eletrobrás, Banco do Brasil e, mais recentemente, Caixa.

O banco estatal se adequou à

Lei das Estatais dias depois de ter afastado quatro vice-presidentes por suspeitas de irregularidades (um acabou sendo reconduzido). Dos 12 vices da Caixa, apenas um não era indicado de partidos políticos. Os gestores indicados antes da vigência da lei não precisam ser destituídos.

Mas o secretário garante que os critérios técnicos serão cobrados na renovação dos mandatos, impedindo reconduções de quem não tem as competências exigidas. “Isso (manutenção do cargo) não é um problema. Pode falar que é um problema político e técnico, mas não é jurídico. Não é nenhuma ilegalidade. Ele tem direito a cumprir aquele mandato. Vai renovar? Não”, diz.

Entre as 84 que faltam, estão os Correios. Em grave dificuldade financeira e com um histórico de interferência política, a empresa já aprovou internamente o novo estatuto e deve apreciá-lo em assembleia-geral no dia 30 deste mês.

A estatal informou que adotou medidas de forma antecipada, entre elas a inclusão dos requisitos e vedações para administradores e conselheiros. Quem não cumprir o calendário estará sujeito à fiscalização dos órgãos controladores a partir de 1.º de julho.

Indicações políticas ainda predominam em bancos oficiais

Lei das Estatais, de 2016, não impediu apadrinhamentos de executivos por parlamentares da base aliada de Michel Temer

Mesmo bancos federais enquadrados na nova Lei das Estatais, que tenta limitar indicações políticas nas empresas do governo federal, têm em suas diretorias e vice-presidências executivos indicados por deputados e senadores de partidos da atual base aliada do governo Michel Temer, entre eles, MDB, PSDB, PP, PSD e Solidariedade.

Sancionada pelo presidente Temer em junho de 2016, a nova legislação exige, entre outros critérios, dez anos de atuação em cargos de empresas do setor ou quatro anos em companhias similares como experiência profissional. As regras, no entanto, não impediram que as indicações políticas continuassem sendo uma prática comum em bancos oficiais.

Na maioria dos casos, os executivos são funcionários de carreira, mas só chegaram a cargos de chefia na instituição após serem apadrinhados por algum parlamentar (veja ao lado o mapeamento das indicações). O atual presidente da Caixa, Gilberto Occhi, por exemplo, cumpre as exigências de experiência, mas só

chegou ao comando do banco estatal com as bênçãos do PP – o que ele não nega.

Os apadrinhamentos em bancos públicos chamam atenção no momento em que a Caixa se viu obrigada a antecipar a adoção de regras mais rígidas na escolha de seus executivos, em meio ao afastamento de quatro vice-presidentes por suspeitas de corrupção e irregularidades – um deles foi restituído ao cargo nesta semana.

“As estatais não podem ficar à mercê de um governo e de seus interesses”, diz o economista Sérgio Lazzarini, professor do Insper. “Ações populistas podem afetar a sustentabilidade financeira dessas empresas.” Ele afirma que o novo estatuto da Caixa vai na direção correta, mas não acaba com o risco de ingerência política.

“É positivo criar dificuldades para essa mão política, como a maior exigência de critérios técnicos para um determinado cargo, mas isso não impede que exista uma pessoa com o perfil exigido pela lei e que seja indicada politicamente”, diz.

Para o procurador da República Anselmo Henrique Cordeiro Lopes, coordenador da força-tarefa

da operação Greenfield, responsável pelo pedido de afastamento dos vices da Caixa, as indicações políticas podem ter desequilibrado o mercado financeiro, já que o banco público emprestava com juros menores a quem não deveria.

“A pergunta que deve existir é: qual é o interesse de indicar pessoas com comprometimento político para a direção das estatais?”, disse em entrevista publicada esta semana no Estado. “É justamente gerar um relacionamento espúrio entre quem está ali alocado e com os patrocinadores políticos e as empresas que acabam tendo acesso diferenciado a essa estatal, por conta da vinculação política.”

Os partidos, no entanto, afirmam que não pode haver “demonização” nas indicações. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, afirmou que é possível que os bancos se enquadrem nas novas regras e ainda assim mantenham as indicações políticas.

“Dissociar completamente a atuação do banco público da atuação do governo é uma coisa hipócrita e contraproducente”, afirmou. Coordenador da bancada do Nordeste na Câmara, o deputado Julio César (PP-PI) disse não ver





problema, desde que os diretores ou vice-presidentes tenham perfil adequado e os bancos tragam resultados.

“Não questiono indicações, questiono resultados, e o Banco do Nordeste tem dado grandes resultados na aplicação do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste).”

Procurados, o BB informou que todas as indicações seguem regras de governança do banco que são baseadas nas “melhores práticas do mercado”. O Banco do Nordeste afirmou que todos os executivos cumprem as exigências da Lei das Estatais. Caixa e Banco da Amazônia não se manifestaram.

IGOR GADELHA, JULIA
LINDNER E LUCIANA
DYNIEWICZ

‘Não houve mudança na reforma’, diz Meirelles

Em Davos, ministro disse que posição do governo hoje é avaliar o texto da reforma da Previdência sem alterações

Célia Froufe

O governo ainda mantém o desejo de que o Congresso aprecie a proposta de reforma da Previdência do texto que foi enviado à Casa sem alterações. Conversas serão feitas, no entanto, com o relator da proposta, deputado Arthur Maia (PPS-BA), que vem medindo a temperatura de quantos votos o projeto poderá angariar se mais concessões forem feitas.

Em Davos, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que “até o momento” não foi negociada nenhuma mudança. “Esta é a posição hoje”, frisou, após participar de uma discussão sobre o envelhecimento da população e de como sustentá-la, durante o Fórum Econômico Mundial. Ele fez questão de tomar cuidado ao dizer que é preciso separar opiniões e propostas do relator das do governo. “Ainda não fechamos uma proposta com o relator.”

Arthur Maia admitiu na quarta-feira que o texto poderá sofrer novas alterações desde que resultem concretamente em votos. Essas mudanças atenderiam a alguns grupos específicos, como o de servidores públicos. Entre as sugestões estão a pensão integral a familiares de policiais mortos em serviço e uma regra de transição diferente da proposta aos assegurados do INSS.

Também poderia haver algum tipo de atendimento para servidores que foram admitidos até 2003. O relator fez as observações após encontro com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, que também está no exercício da Presidência da República, já que Michel Temer também participou do fórum de Davos.

“Ele (Arthur Maia) está conversando com diversos congressistas e segmentos da Câmara, sentindo quais são as demandas. Está medindo o que é concessão versus o que dar em troca. Isso está ao mesmo tempo sendo analisado pelo governo”, enfatizou Meirelles. Ele disse, no entanto, que o governo vai analisar se será preciso fazer alguma

mudança de fato.

“Evidentemente que o relator está fazendo todas as negociações e trazendo o que são as demandas e a opinião dele do que deveria ser feito para, de fato, ganhar a votação. Isso não é a posição do governo.”

Emendas.

Meirelles também disse que quando retornar ao Brasil deverá conversar com Temer sobre a liberação de emendas.

Pelo desenho atual, o Planalto vai abrir as torneiras para conseguir aprovar a reforma até fevereiro. “Precisa discutir isso. O presidente está voltando para o Brasil, eu volto no fim de semana e vamos conversar para saber exatamente qual será o encaminhamento disso agora que estamos na fase final do processo”, afirmou o ministro.

Ele disse estar confiante de que a reforma da Previdência vai à votação no mês que vem, embora, internamente, no governo, técnicos já considerem essa possibilidade remota.

Governo reserva mais dinheiro para emendas

Em ano de eleição e votação da reforma da Previdência, inclusão de pedidos de parlamentares na conta 'restos a pagar' do Orçamento teve alta de 51%

Adriana Fernandes

Em ano eleitoral e de votação da reforma da Previdência, o governo garantiu um espaço orçamentário maior para as emendas parlamentares individuais e de bancada. O volume de emendas de parlamentares inscritas no chamado restos a pagar (despesas de exercícios anteriores que ainda não foram quitadas) para este ano aumentou R\$ 4,5 bilhões (51%), atingindo R\$ 13,29 bilhões, de acordo com relatório divulgado ontem pelo Tesouro Nacional.

O que chama atenção no aumento dos restos a pagar de emendas é que, no fim do ano, os ministérios tinham recebido recursos para quitar despesas, pois houve dois desbloqueios do

Orçamento: R\$ 7,5 bilhões em novembro e R\$ 5 bilhões em dezembro. Ou seja, os ministérios tinham dinheiro para gastar e quitar as emendas, mas não o fizeram.

Os motivos não são explicados pelo Tesouro, mas esse movimento dos ministérios contribuiu para que o déficit das contas do governo ficasse bem abaixo da meta fiscal de R\$ 159 bilhões – o resultado será divulgado na semana que vem. O Planalto já admitiu publicamente que conta com a liberação das emendas para garantir apoio para a reforma da Previdência e outras medidas.

Os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas pelo governo até 31 de dezembro, ficando o desembolso de fato para o ano seguinte. Nos últimos dias de 2017, os ministérios correm para inscrever as despesas de emendas em restos a pagar. Essas despesas agora vão disputar espaço orçamentário com as previstas para 2018.

A maior parte do incremento

das emendas de parlamentares é do ministério da Saúde: R\$ 1,5 bilhão. Mas foi no Ministério da Integração Nacional que o crescimento disparou, com alta de 185,8% (R\$ 877 milhões), seguido pelos ministérios das Cidades (R\$ 781 milhões) e da Agricultura (R\$ 339 milhões).

Elevação.

A forte elevação de restos a pagar foi a principal razão para as despesas de outros anos que foram inscritas para ser quitadas em 2018 terem saltado para R\$ 155 bilhões. Um aumento de 4,6% (R\$ 6,8 bilhões) ante 2017 (R\$ 148,2 bilhões).

Essa alta aconteceu após dois anos de retração e da entrada em vigor de um plano traçado pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento para diminuir os restos a pagar por determinação do Tribunal de Contas da União (TCU). Os R\$ 155 bilhões em restos a pagar equivalem a 7% do Orçamento deste ano.

Dívida deve fechar 2018 perto do patamar de R\$ 4 tri

Após 14% em 2017 e encerrar o ano em R\$ 3,5 trilhões, a dívida pública federal poderá terminar 2018 próxima de R\$ 4 trilhões. O planejamento do Tesouro prevê que o estoque da dívida chegue ao fim do ano entre R\$ 3,7 trilhões e R\$ 3,9 trilhões. O aumento do endividamento público nos últimos anos é reflexo de sucessivos déficits primários. O quinto resultado negativo seguido será entregue em 2018.

Com isso, o Tesouro terá de emitir mais papéis para cobrir o rombo e para pagar os juros que crescem à medida que o estoque aumenta. A secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, admitiu que a dívida pública brasileira é elevada – a dívida bruta alcançou 74,4% do PIB em novembro, enquanto países com o mesmo nível de desenvolvimento têm endividamento inferior a 50% do PIB.

A projeção do Tesouro Nacional é que a dívida bruta encerre 2018 em 74,8% do PIB, estabilidade ante o ano passado.

LORENNNA RODRIGUES e
EDUARDO RODRIGUES, DE
BRASÍLIA

CONJUNTURA »**Dívida pública acelera e vai a R\$ 3,6 trilhões**

Governo federal acrescentou R\$ 446,4 bilhões, apenas no ano passado, ao montante de títulos públicos emitidos para cobrir os sucessivos deficits nas contas públicas. Para especialistas, sem reformas, o endividamento continuará crescendo

» ROSANA HESSEL

» HAMILTON FERRARI - Especial para o Correio

A dívida do governo federal em títulos públicos aumentou em R\$ 446,4 bilhões no ano passado, alcançando um total de R\$ 3,6 trilhões. Em relação a 2016, o endividamento federal cresceu 14,3%, muito acima da inflação do período, que ficou em 2,95%. Na comparação com o saldo no fim de 2013, antes do início do processo de deterioração das contas públicas, que passaram a ter deficits primários consecutivos a partir do ano seguinte, a dívida ficou 67,7% maior.

Os dados foram divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional, que prevê novo salto da dívida neste ano. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), o endividamento federal poderá chegar a R\$ 3,89 trilhões no fim de 2018. Isso implicará alta de 11,8% do estoque registrado no ano passado. Em relação a 2013, a expansão poderá chegar a 87,5%.

Especialistas veem os números com preocupação, observando que o aumento acelerado da dívida pública foi um dos principais motivos do recente rebaixamento da nota de crédito do país pela Standard & Poor's (S&P).

O governo tem registrado sucessivos deficits primários nas contas públicas desde 2014, e tudo indica que continuará no vermelho até a próxima década, sobretudo se a reforma da Previdência não for aprovada, dizem os analistas. Dessa forma, o endividamento continuará aumentando. Pelas estimativas da S&P, a dívida pública bruta ficará acima de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) ainda neste ano. A agência considera "muito difícil" que a mudança das regras da aposentadoria seja aprovada em 2018.

A secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, é mais otimista e prevê que a dívida bruta ficará neste ano em 74,8% do PIB, levando em conta a esperada devolução de R\$ 130 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro.

A previsão da secretária, porém, está longe de estimativas do mercado financeiro. Para este ano, o Instituto Fiscal Independente (IFI), por exemplo, prevê que a dívida bruta chegará a 79,3% do PIB, no cenário

base, e a 82,3% do PIB, no cenário mais pessimista, o qual considera que não haverá avanço nas reformas. Vale lembrar que, de qualquer forma, o número é muito alto. Na média dos países emergentes, a relação dívida/PIB é bem menor, de 48%, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

"O ritmo de crescimento da dívida pública reflete a desorganização das contas da União. O desarranjo é tão grande que parece que o país passou por uma guerra, e que a perdeu", lamentou o economista José Matias-Pereira, professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB). Ele lembrou que, apesar da troca de governo, em 2016, os problemas persistem na área fiscal. "As necessidades de ajuste são as mesmas, tanto que a trajetória de crescimento da dívida vem sendo motivo de alerta das agências de risco", completou.

Ana Paula Vescovi reconheceu que o endividamento do país é muito alto e disse que, sem a reforma da Previdência, a tendência é de que, nos próximos anos, o governo não consiga cumprir a Emenda Constitucional nº 95, do teto dos gastos. "O Brasil é um país com uma dívida pública muito elevada, comparado aos seus pares. Ela cresceu muito nos últimos anos e ainda vai crescer nos próximos", apontou.





A secretária destacou o esforço fiscal feito pelo Tesouro, que voltou a registrar superavit. No entanto, o crescente deficit nas contas da Previdência acaba provocando aumento da dívida pública. Neste ano, o Tesouro precisará emitir R\$ 108,4 bilhões em títulos para cobrir o deficit primário da União, sendo que R\$ 71,2 bilhões serão destinados para o rombo da Previdência.

O economista-chefe da Opus Investimento, José Márcio Camargo, lembrou que a reforma da Previdência não vai fazer a dívida pública reverter a trajetória de imediato, mas mudará a percepção dos investidores quanto ao Brasil. “O mercado terá a expectativa de que a dívida vai diminuir lá na frente, sendo um bom negócio investir no país”, afirmou. Para Camargo, o descumprimento do teto dos gastos será o maior problema do governo se não houver a reforma previdenciária.

Restos a pagar

Diante da expectativa de entregar um resultado primário abaixo da meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em 2017, a equipe econômica ampliou em R\$ 6,8 bilhões o estoque de restos a pagar de 2018, para R\$ 155 bilhões, conforme dados do Tesouro. Esse montante, se somado aos R\$ 13 bilhões de aumento nas receitas extraordinárias com concessões do setor de energia, chega perto dos R\$ 20 bilhões de ampliação da meta fiscal da LDO, que passou de um rombo de R\$ 139 bilhões para até R\$ 159 bilhões. De acordo com Ana Paula Vescovi, o resultado primário de 2017, que será divulgado na próxima terça-feira, ficará “abaixo da meta da LDO”.

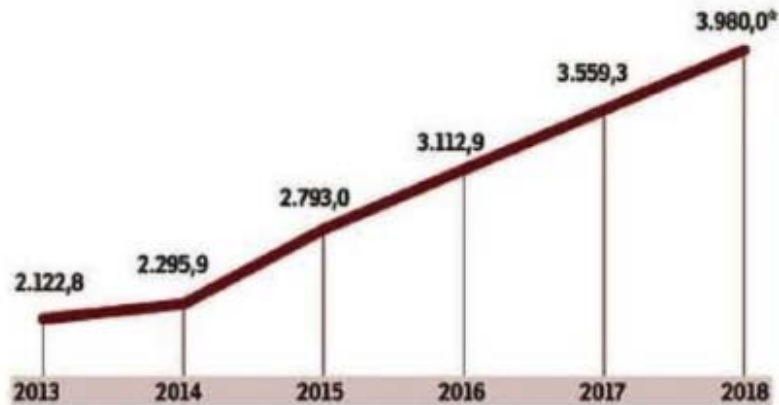




Sem freio

Dívida pública total cresceu R\$ 446,4 bilhões em 2017, alcançando R\$ 3,559 trilhões. Para este ano, governo prevê ampliar o estoque de títulos em até R\$ 420,7 bilhões

Evolução do estoque total da dívida pública (R\$ bilhões)



*Teto previsto pelo Plano Anual de Financiamento (PAF)

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL EM 2018 (R\$ BILHÕES)

Gastos

Vencimentos das dívidas interna e externa e encargos do BC	710,7
Cobertura parcial do deficit primário	108,4**
Honra de Garantias	4,5
Subtotal 1	823,9

■ Compensações para abatimento da dívida

Devolução do BNDES	130,0
Demais recursos	56,1
Subtotal 2 (-)	186,1
Necessidade líquida	637,5

** Desse total, R\$ 71,2 bilhões serão usados para cobrir o rombo da Previdência





**NOVOS LIMITES PARA A DÍVIDA, DE ACORDO COM O PAF DE 2018
(R\$ BILHÕES)**

	Mínimo	Máximo	Dado de 2017
	3.780,0	3.980,0	3.559,3
Composição dos títulos (% do total)			
Prefixados	32,0	36,0	35,3
Inflação-IPCA	27,0	31,0	29,6
Taxa Selic	31,0	35,0	31,5
Câmbio	3,0	7,0	3,6
Prazos			
Vencimento em 12 meses (% do total)	15,0	18,0	16,9
Prazo médio em anos	4,0	4,2	4,3

Fontes: Tesouro Nacional e Instituição Fiscal Independente (IFI)

OTIMISMO EXAGERADO

Previsões do Tesouro sobre a evolução da dívida bruta destoam da realidade do mercado

(em % do PIB)

	Tesouro	Cenário base IFI	Cenário pessimista (sem reformas)
2010	51,8	51,8	51,8
2014	56,3	56,3	56,3
2017	74,4	76,2	76,8
2018	74,8	79,3	82,3
2019	76,8	82,5	88,3
2020	78,0	86,0	94,8
2021	78,9	88,6	100,6
2022	79,4	91,3	106,9
2023	79,5	92,7	112,1
2024	79,6	93,3	116,6
2025	79,6	93,5	120,5
2026	79,2	92,7	124,8